

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Devido ao Corpus Christi (15/06), foram convocadas sessões deliberativas para os dias 13 a 14 de junho. Estão na pauta:

- O PL 4629/2020 (do Senado Federal) que altera a Lei 12.651/2012, que dispõe sobre a *proteção da vegetação nativa*, e o Decreto-Lei 917/1969, que dispõe sobre o *emprego da aviação agrícola no País*, para incluir o uso da aviação agrícola nas diretrizes e políticas governamentais de combate a incêndios florestais. O relator é o dep. José Medeiros (PL-MT).

- O PL 5634/2019, do dep. Otto Alencar Filho (PSD-BA), que dispõe sobre o *plantio de espécies nativas para a recuperação ou restauração* de áreas ecologicamente sensíveis na propriedade rural. O relator é o dep. Rodrigo Agostinho (PSB-SP).

## COMISSÕES DA CÂMARA

### Comissão de Integração Nacional, Des. Regional e Amazônia

- Acontece hoje, 14/06, em caráter extraordinário, o comparecimento do Ministro das Comunicações, Fábio Faria, para esclarecimentos sobre o *projeto de conectividade e monitoramento para a Amazônia* a ser desenvolvido por meio de parceria com a empresa Starlink, do empresário Elon Musk, e sobre notícia de interferência da pasta na Anatel para autorizar a Starlink a operar no Brasil.

- A CINDRA vai realizar uma audiência pública, amanhã (15/06), para discutir o impacto da *venda* da Refinaria Isaac Sabbá, também conhecida como *Refinaria de Manaus (Reman)*, no aumento do preço dos combustíveis. O dep. José Ricardo (PT-AM), que solicitou a audiência pública, lembra que a Refinaria de Manaus é a única da Região Norte. Ele teme o desabastecimento e o aumento dos preços com a gestão privada.

### Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Na pauta da reunião de hoje, 14/06, está o PL 732/2022, de autoria do Poder Executivo, que altera o Decreto-Lei 2.848/1940, a Lei 13.260/2016, a Lei 12.850/2013, a Lei 8.072/1990, e a Lei 7.210/1984, para aperfeiçoar a legislação penal e fortalecer o combate à criminalidade violenta.

O relator é o dep. Junio Amaral (PL-MG). Esta possível alteração traz grandes *preocupações aos movimentos sociais e organizações não governamentais, sobretudo quando exercem o seu legítimo direito à manifestação*.

### Comissão de Segurança Pública

A Comissão de Segurança Pública aprovou o PL 5417/2020, do dep. Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que permite que produtores, atacadistas, varejistas, exportadores e importadores de armas de fogo, acessórios e munições *veiculem peças publicitárias em veículos de comunicação e na internet*. A medida abrange ainda instrutores de tiro desportivo, instrutores de armamento e de tiro credenciados para aplicação de teste de capacidade técnica, clubes, escolas e estandes esportivos de atiradores, colecionadores e caçadores.

### Comissão Externa aprova 84 recomendações para nova reparação de danos do crime socioambiental de Mariana

A Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre o Rompimento da Barragem do Fundão aprovou na quarta-feira (08/06) relatório com 84 recomendações e 56 pressupostos para a reparação de danos do crime socioambiental de Mariana (MG). A lista de recomendações inclui prioridade de gestão de recursos por parte dos atingidos pela tragédia, fundos para investimentos específicos nas regiões afetadas, projetos de lei e previsão de recursos para acompanhamento da saúde mental e física dos atingidos pelos próximos dez anos e repactuação de acordos entre mineradoras e vítimas, o que deve ser conduzido pelo Conselho Nacional de Justiça.

### Projeto da liberação da caça

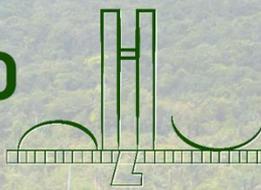
Na quarta-feira (08/06), pouco antes da sessão solene em homenagem ao Dia do Meio Ambiente na Câmara, a bancada ruralista, liderada pelo presidente da Câmara, se articulava para atender a um desejo do presidente da República: *autorizar a caça esportiva* em todo o território nacional, inclusive com o uso de cães. De autoria do ex-deputado federal Nilson Stainsack (PP-SC), o PL 5544/2020 seria votado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Ao perceberem que os ambientalistas teriam votos suficientes para rejeitar a matéria, o relator, Nelson Barbudo (PL-MT), e o presidente do colegiado, Covatti Filho (PP-RS), retiraram-na da pauta. Ambos são membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

## SENADO FEDERAL

### COMISSÕES DO SENADO

#### Comissão de Educação

Foi provado na Comissão de Educação projeto que institui o *Dia Nacional do Cristão*, a ser comemorado anualmente no primeiro domingo de junho. O PL 2.832/2021 segue para a sanção presidencial.



### **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)**

O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), sen. Acir Gurgacz (PDT-RO), retirou da pauta da reunião na quinta-feira (9) o PL 1.459/2022 (Pacote do Veneno), que flexibiliza as regras para fiscalização e utilização de agrotóxicos. O colegiado aprovou requerimentos para a promoção de duas audiências públicas para debater a proposta. Os pedidos para as audiências partiram de Gurgacz — que é também relator do projeto — e dos senadores Paulo Rocha (PT-PA) e Eliziane Gama (Cidadania-MA). Aprovado pela Câmara dos Deputados em fevereiro, o projeto é um substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 526/1999, apresentado pelo então sen. Blairo Maggi. Gurgacz chegou a apresentar parecer favorável ao projeto, mas disse que pode rever o texto a partir dos debates:

## **OUTROS INFORMES**

### **Dia Nacional do Terço dos Homens**

Foi aprovado na sessão de ontem, 13/06, o PL 2676/2021, do dep. Eros Biondini (PL-MG), que institui o Dia Nacional do Terço dos Homens.

### **Senado aprova Junho Verde para estimular conscientização ambiental**

O Senado aprovou, em definitivo, na terça-feira (07/06), o PL 1070/2021 que institui o Junho Verde: campanha de conscientização ambiental que será conduzida pelos poderes públicos junto a escolas, empresas, igrejas e comunidades indígenas. O texto segue para sanção presidencial, após ter sido aprovado pela Câmara dos Deputados. *O projeto é de iniciativa da CNBB*, apresentado por alguns parlamentares e, após 03 anos de tramitação nas duas casas foi, em definitivo, aprovado pelo parlamento. Aguardamos qual será a escolha do presidente da República: sanção ou veto da iniciativa.

### **Café Agroecológico no Senado**

Parlamentares, movimentos sociais e ambientais se encontraram hoje, 14/06, para celebrar os 15 anos de lutas e conquistas da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional – FPSAN. A atividade contou com um Café da Manhã agroecológico e orgânico com produtos da agricultura familiar da região, além de falas de parlamentares e de representantes das organizações presentes. O Objetivo do Café é debater com os Parlamentares o Pacote do Veneno que está em tramitação no Senado.

### **Projeto de Lei da privatização do Petróleo**

O presidente Jair Bolsonaro (PL-RJ) enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei para a privatização do petróleo excedente do pré-sal que atualmente vai para a União. Na proposta, que veio a público na quinta-feira (09/06), o Ministério da Economia também inclui desvinculação da receita da venda do óleo fino, que era destinada ao Fundo Social do Pré-sal, para investimentos nas áreas de educação e saúde. O PL autoriza a venda do óleo extraído pelos contratos de partilha, hoje comercializados pela Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA), estatal que também é alvo do apetite privatista do governo federal. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) alerta que com a medida, Bolsonaro praticamente decreta o fim do modelo de partilha dos recursos do pré-sal. A avaliação é que o projeto vem na mesma linha de privatização da Petrobrás.

### **Grupo de trabalho sobre semipresidencialismo debate atribuições de presidente e primeiro-ministro**

A proposta do que seriam as atribuições e prerrogativas do presidente da República e do primeiro-ministro foi apresentada na quarta-feira (08/06), em audiência pública do grupo de trabalho criado para debater a adoção do semipresidencialismo no Brasil.

### **Deputados lançam manifesto contra votação de propostas que prejudicam o meio ambiente**

Deputados da Frente Parlamentar Ambientalista lançaram um manifesto na quarta-feira (08/06) em que denunciaram propostas que consideram prejudiciais ao meio ambiente e que estão na pauta da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Com o nome de "Em Defesa do Meio Ambiente e da Vida", o documento lista diversas propostas que estão sendo discutida na Comissão.